

NOTAS AO BALANÇO

E

À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Modelo 13/TC - Código do POCAL: 8.2)

PONTO 8 DO POCAL: ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANO DE 2017

8.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. Identificação

Designação: Município de Portel

NIF: 506 196 445

Endereço: Praça D. Nuno Álvares Pereira
7220-375 Portel

8.1.2. Legislação

A legislação que fundamenta a constituição, a orgânica e o funcionamento do Município é a Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5/2002 e pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

8.1.3. Estrutura Organizacional

Para os efeitos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, o Município de Portel aprovou e publicou no Diário da República, 2ª série, nº 14 de 20/01/2011, a estrutura interna da organização dos serviços da Câmara Municipal de Portel, aprovada em reunião do executivo municipal de 29/12/2010, previamente aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 20/12/2010.

Esta mesma estrutura interna da organização dos serviços da Câmara Municipal de Portel foi posteriormente adequada e publicada no Diário da República, 2ª série, nº 43 de 01/03/2013, aprovada em reunião do executivo municipal de 19/12/2012 e aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 28/12/2012.

8.1.4. Descrição Sumária das Atividades

O Município de Portel tem como missão o exercício de atividades e competências decorrentes da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais: Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro; Lei nº 67/2007, de 31 de dezembro; Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 de novembro; e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

8.1.5. Recursos Humanos

A 31/12/2017, e de acordo com os dados apurados, o quadro de pessoal era composto por 212 funcionários.

O órgão executivo da Câmara Municipal de Portel é constituído por um presidente, um vice-presidente e 3 vereadores, eleitos em 1 de outubro de 2017 (mandato 2017/2021):

José Manuel Clemente Grilo (Presidente)
Maria Luísa Leonço Farinha (Vice-Presidente)
Jorge Miguel Nunes Cravidão (Vereador)
Carlos Manuel Zambujo Couquinha (Vereador)
Luís Miguel Caeiro Tojo (Vereador)

8.1.6. Organização Contabilística

O sistema contabilístico utilizado no Município de Portel é o POCAL, implementado através da aplicação de contabilidade disponibilizado pela AIRC, possibilitando o cumprimento no disposto no Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

8.1.7. Outra Informação Relevante

Tendo em conta a Resolução nº 4/2001 da 2ª Secção do Tribunal de Contas, somos a salientar:

a) Participação do Município nos Impostos do Estado de 2017

Unid. Euros	
Designação	Valor recebido pelo Município
Fundo de Equilíbrio Financeiro – Corrente	5.495.753,02
Fundo de Equilíbrio Financeiro – Capital	610.639,00
Fundo Social Municipal	131.731,00
Participação no IRS	93.597,00
Total	6.331.720,02

- b) Mensalmente, trimestralmente, anualmente e sempre que solicitado, conforme os mapas e os períodos solicitados, o Município de Portel informa a DGAL, através da aplicação informática SIAL.
- c) Foram realizadas ações inspetivas e/ou solicitados elementos ou esclarecimentos.

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Nota introdutória

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de setembro,

pelo Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril e Lei nº60-A/2005, de 30 de dezembro.

As notas apresentadas neste documento correspondem à numeração definida no POCAL. Aquelas cuja numeração se omite, não são aplicáveis ao Município de Portel, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

8.2.3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões

- a) As disponibilidades são relevadas pelos montantes recebidos e pelos saldos de todas as contas bancárias à data de 31/12/2017.
- b) As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O sistema de custeio utilizado na valorização das saídas de armazém é o do custo médio ponderado.
- c) As dívidas de e a terceiros são registadas pelo valor bruto dos documentos que as fundamentam.
- d) Os critérios de valorização do imobilizado são os consagrados no ponto 4 do POCAL, nomeadamente a valorização do ativo imobilizado através do custo de aquisição ou custo de produção. São ainda tidas em conta as normas definidas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, 2ª série – CIBE), nomeadamente, o inventário de bens do ativo imobilizado, com carácter permanente, que não se destinam a ser vendidos, nomeadamente:
 - . O Cadastro e Inventário dos Bens Móveis do Estado (CIME);
 - . O Cadastro e Inventário dos Veículos do Estado (CIVE);
 - . O Cadastro e Inventário dos Imóveis e Direitos do Estado (CIIDE).
- e) O imobilizado em curso está registado ao custo de aquisição ou produção durante a fase de construção e a sua transferência para imobilizado depende da conclusão total do investimento.
- f) O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas e disposições referidas no CIBE.
- g) As rubricas de acréscimos e diferimentos, os proveitos e os custos são, na sua maioria, reconhecidos quando obtidos ou assumidos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, respeitando o princípio da especialização dos exercícios.
- h) No caso dos proveitos diferidos, relativos a subsídios ao investimento, o Município movimenta, anualmente, para a conta “79.8.3 – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários” na mesma medida que são contabilizadas as amortizações do Imobilizado.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes

Ativo bruto

Unid: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação /Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros +abates+Transf	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	101.160,18					101.160,18
452 Edifícios						
453 Outras construções e infraestruturas	34.193.639,87					34.193.639,87
455 Bens do património histórico, artístico e cultural						
459 Outros bens de domínio público						
445 Imobilizações em curso	388.762,65		1.064.296,98			1.453.059,63
446 Adiantamentos por conta de bens do domínio público						
	34.683.562,70		1.064.296,98			35.747.859,68
431 Despesas de instalação	38.340,00					38.340,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento						
433 Propriedade industrial e outros direitos						
443 Imobilizações em curso						
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
	38.340,00					38.340,00
421 Terrenos e recursos naturais	747.469,89					747.469,89
422 Edifícios e outras construções	21.978.229,15		1.480,00			21.979.709,15
423 Equipamento básico	1.112.326,60		118.144,05			1.230.470,65
424 Equipamento de transporte	1.589.923,06					1.589.923,06
425 Ferramentas e utensílios	100.916,85		2.981,61			103.898,46
426 Equipamento administrativo	2.525.430,85		136.587,45			2.662.018,30
427 Taras e vasilhame						
429 Outras imobilizações corpóreas	332.929,45		11.346,95			344.276,40
442 Imobilizações em curso	514.792,81		281.623,95			796.416,76
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
	28.902.018,46		552.164,01			29.454.182,47
411 Partes de capital						
412 Obrigações e títulos de participação	459.562,08					459.562,08
4141 Invest em imóveis – Terrenos e recursos naturais	22.630,00					22.630,00
4142 Invest em imóveis – Edifícios e outras construções	67.890,00					67.890,00
4151 Outras aplic. financeiras – Depósitos em instituições financeiras						
4152 Outras aplic. financeiras – Títulos de dívida pública						
4153 Outras aplic. financeiras – Outros títulos						
441 Imobilizações em curso						
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
	550.082,08					550.082,08
TOTAL GERAL	64.174.003,24		1.616.460,99			65.790.464,23

Amortizações e provisões

Unid: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Saldo Final
De bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851			
Edifícios	4852			
Outras construções e infraestruturas	4853	1.302.509,16		20.420.383,41
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855			
Outros bens de domínio público	4859			
	19.117.874,25	1.302.509,16		20.420.383,41
De imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	38.340,00		38.340,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832			
Propriedades industrial e outros valores	4833			
	38.340,00			38.340,00
De imobilizações corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821			
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	4.626.459,99	663.594,60	5.290.054,59
Outras construções	48222			
Equipamento básico	4823	723.050,54	102.322,66	825.373,20
Equipamento de transporte	4824	1.038.655,24	72.892,52	1.111.547,76
Ferramentas e utensílios	4825	93.322,92	4.764,19	98.087,11
Equipamento administrativo	4826	1.923.253,66	152.682,52	2.075.936,18
Taras e vasilhame	4827			
Outras imobilizações corpóreas	4829	209.513,14	23.294,93	232.808,07
	8.614.255,49	1.019.551,42		9.633.806,91
De investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811			
Edifícios e outras construções	4812			
Edifícios	48121	20.643,28	2.580,41	23.223,69
Outras construções	48122			
	20.643,28	2.580,41		23.223,69
De investimentos financeiros	49			
Partes de capital	491			
Obrigações e títulos de participação	492			
Outras aplicações financeiras	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951			
Títulos de dívida pública	4952			
Outros títulos	4953			
TOTAL GERAL	27.781.113,02	2.324.640,99		30.116.754,01

8.2.12. Informação sobre imobilizações em poder de terceiros, imobilizações em propriedade alheia e imobilizações reversíveis

Imobilizações em curso registadas a 31/12/2017

Unid: Euros

Conta	Designação	Saldo
442	Imobilizações em curso – Imobilizações corpóreas	
44212101	Remodelações em edifícios da autarquia	283 375,89
44212502	Beneficiação em Escolas do Ensino Básico	7 995,00
44212503	Requalificação da Escola EB 2.3 D. João de Portel	81 918,00
4422201	Beneficiações no Estádio Municipal	120 627,99
4422206	Recuperação e Ampliação das Piscinas Municipais Descobertas	74 016,34
4422601	Intervenções em Cemitérios	228 483,54
445	Imobilizações em curso – Bens de domínio público	
4453101	Arruamentos	686 270,94
4453109	Requalificação Urbana de Monte do Trigo – 2ª Fase	223 430,09
4453110	Requalificação Urbana em Portel	64 994,53
4453111	Requalificação Urbana dos Acessos ao Castelo e sua Envolvente	52 275,00
4453302	Intervenções em Jardins	86 220,77
4453599	Melhoria da Rede Viária Concelhia	170 297,00
4453703	Infraestruturas – Loteamento Habitacional de São Bartolomeu do Outeiro	146 440,41
4453708	Loteamento de Santana	19 907,96
44540101	Recuperação da Ermida de S. Lázaro / Consolação	3 222,93
Total		2.249.476,39

8.2.13. Bens utilizados em regime de locação financeira

Unid: Euros

Descrição	Ativo Bruto			Ano de Aquisição	Amortizações			Ativo Líquido
	Aquisição	Acréscimos	Total		Taxa	Exercício	Acumuladas	
Mini-autocarro Dietrich Mat: 19-RB-18	127 802,73		127 802,73	2016	10%	12 780,27	25 560,54	102 242,19
Autocarro Scania Mat: 23-QQ-62	225 213,00		225 213,00	2016	10%	22 521,30	45 042,60	180 170,40
Total	353.015,73		353.015,73			35.301,57	70.603,14	282.412,59

8.2.15. Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

Todos os bens de domínio público foram objeto de amortização, à exceção dos terrenos para os quais não está atribuída taxa de amortização conforme Portaria nº 671/2000, de 17 de abril, que aprovou o CIBE – Cadastro de Inventário de Bens do Estado.

8.2.16. Designação e sede das entidades participadas com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício

De acordo com as instruções emanadas na Resolução nº 26/2013 que veio alterar a Resolução nº 4/2001 – 2ª secção, ambas do Tribunal de Contas, juntam-se os mapas obrigatórios.

Anexo 1

Mapa das participações da entidade

A – Participações em entidades societárias

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização do capital		Obs.
Denominação	NIPC				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas coletivas de direito público	84114	650.000.000,00	459.562,08	0,07%	196.956,00	459.562,08	0,00	a)

a) De acordo com o nº 2 do artigo 17º da Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, para o capital social do FAM o Estado contribui com 50% e o conjunto de municípios com 50%. A coluna 7 do quadro apresenta a percentagem de participação do Município de Portel tendo em conta os 100% do capital social do FAM.

B – Participações em entidades não societárias

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estat.	Contribuição			Obs.
Denominação	NIPC				Em N**	Forma de realização		
1	2	3	4	5	6	7	8	9
AMCAL – Associação Municípios Alentejo Central	503166936	Associação Municípios	94110	N/A*	18.000,00	18.000,00	0,00	12,5%
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação Municípios	91333	N/A*	4.258,16	4.258,16	0,00	0,28%
ATLA – Assoc. Transfronteiriça de Municípios Lago Alqueva	507303067	Associação Municípios	91333	N/A*	3.600,00	3.600,00	0,00	2,61%
CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Comunidade Intermunicipal	91333	8.242.320,93	55.352,28	55.352,28	0,00	2,61%

N/A* – Não aplicável

N** - Valor da quota

8.2.21. Informações relevantes na análise do ativo circulante

Na gerência de 2017, registaram-se provisões referentes a elementos do circulante, nomeadamente, provisões para cobranças duvidosas, provenientes de dívidas a terceiros afetos a serviços de venda de água, recolha de resíduos e saneamento.

De acordo com o ponto 2.7.1 – Provisões, do POCAL, a constituição de provisões deve basear-se em dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo o risco de incobrabilidade seja justificado. O montante anual acumulado de provisão é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

8.2.22. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do Balanço

O valor relativo a dívidas de cobrança duvidosa ascende a 228.712,04€, contabilizado na conta 21.8 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa

Mapa das contas de ordem

Unid: Euros

Contas		Saldo – Gerência anterior		Movimento anual		Saldo – Gerência seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e caucões							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros - Prestadas						
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c						
09322	Prestadas por Fornecedores de imobilizado						
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros - Devolvidas						
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de imobilizado						
09333	Devolvidas a outros credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros - Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de imobilizado						
09343	Acionadas a outros credores						
Total de Garantias e Cauções							
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do tesoureiro	106.914,75			269,19	106.645,56	
0922	À responsabilidade de outros agentes		0,50		19,71		20,21
Total de Recibos para Cobrança			106.914,25		288,90		106.625,35
Total			106.914,25		288,90		106.625,35

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte

Unid: Euros

Código das contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	202.288,14	14.183,42		216.471,56
292	Provisões para riscos e encargos	1.240.135,21	4.075,00		1.244.210,21
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

8.2.28. Explicação e justificação dos movimentos ocorridos em cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial”, constantes do Balanço

Unid: Euros

Rúbricas		Saldo inicial	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Saldo final	Justificações
51	Património	29 411 780,32			29 411 780,32	
57	Reservas					
	571 - Reservas legais	12 186,15			12 186,15	
	576 – Doações	151 770,45			151 770,45	
59	Resultados transitados	(1 543 144,70)	(637 304,17)		(2 180 448,87)	(a)
88	Resultado líquido do exercício	(637 304,17)	637 304,17	(478 698,19)	(478 698,19)	
TOTAL		27.395.286,05		(478.698,19)	26.916.589,86	

(a) Transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2016 para Resultados Transitados

8.2.29. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Unid: Euros

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	3.030,71	349.228,69
Compras	354.493,28	587.582,86
Regularizações de existências		
Existências finais	2.840,78	341.280,67
Custos no exercício	354.663,21	595.530,88

8.2.31. Demonstração dos resultados financeiros

Unid: Euros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
681	Juros suportados	30 039,67	30 383,18	781	Juros obtidos	24 660,60	31 480,51
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amortizações de investimentos em imóveis	2 580,41	2 580,41	783	Rendimentos de imóveis	316 621,00	313 821,88
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplic. de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	9 476,33	8 611,95	787	Ganhos na alienação de aplic. de tesouraria		
	Resultados financeiros	299.185,19	303.726,85	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Total	341.281,60	345.302,39			341.281,60	345.302,39

8.2.32. Demonstração dos resultados extraordinários

Unid: Euros

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2017	2016			2017	2016
691	Transferências de capital concedidas	68.000,00	19.194,66	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incoobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências	91,76	0,01
694	Perdas em imobilizações			794	Ganhos em imobilizações		20.402,61
695	Multas e penalidades		1.149,76	795	Benefícios de penalidades contratuais	399,40	526,74
696	Aumentos de amortiz. e de provisões			796	Reduções de amortiz. e de provisões		
697	Correções relativas a exerc. anteriores	13.880,92	1.042,90	797	Correções relativas a exerc. anteriores	8.668,21	69.077,25
698	Outros custos e perdas extraordinárias	843,37	1.803,19	798	Outros prov. e ganhos extraordinários	564.991,49	565.314,15
	Resultados extraordinários	491.426,57	632.130,25				
	Total	574.150,86	655.320,76		Total	574.150,86	655.320,76

8.2.33. Acréscimos e diferimentos

Unid: Euros

Código da conta	Designação	2017	2016
27.1	Acréscimos de Proveitos		
27.1.1	Juros a receber	14.736,79	16.672,86
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	40.478,16	146.259,54
27.2	Custos Diferidos		
27.2.9	Outros custos diferidos	22.491,94	19.622,17
27.3	Acréscimos de Custos		
27.3.2	Remunerações a liquidar	349.749,58	346.662,10
27.3.3	Juros a liquidar	8.397,41	9.486,67
27.3.9	Outros acréscimos de custos	130.984,53	141.525,57
27.4	Proveitos Diferidos		
27.4.5	Subsídios para investimento	9.245.287,90	9.580.896,77

8.2.34. Estado e outros entes públicos

Unid: Euros

Código da conta	Designação	2017	2016
24	Estado e Outros Entes Públicos		
24.2	Retenção de Impostos sobre Rendimentos		
24.2.1	Trabalho dependente	15.414,00	15.365,00
24.2.2	Trabalho independente	4.434,44	3.615,96
24.2.4	Prediais	175,00	175,00
24.2.9	Sobre taxa extraordinária		287,00
24.3	Imposto Sobre o Valor Acrescentado		
24.3.6	IVA a pagar	20.460,05	
24.3.7	IVA a recuperar		2.248,69
24.5	Contribuições para a Segurança Social		
24.5.1	Assistência na doença dos funcionários públicos		885,50
24.5.2	Caixa geral de aposentações	12.035,17	12.147,21
24.5.3	Segurança social – regime geral	27.248,55	27.519,76
24.5.4	Encargos da entidade	25.934,86	26.118,94
24.9	Outra Tributação		
24.9.1	SEFF – Taxas emissão certificado de registo		7,31

8.2.36. Processos judiciais pendentes

- a) Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja
Proc. Nº 429/10.6BECBR
A: Condop – Construção e Obras Públicas, S.A., posteriormente Massa Insolvente de Condop, S.A.
R: Município de Portel
- b) Processo Contra-Ordenação nº 00600/09.3AEVR
Autoridade Administrativa: ASAE (Direção Regional do Alentejo)
Arguido: Município de Portel
- c) Processo Contra-Ordenação nº 980/10.8EAEVR
Autoridade Administrativa: ASAE (Direção Regional do Alentejo)
Arguido: Município de Portel
- d) Processo Contra-Ordenação nº 1954/17.3TBEVR
Autoridade Administrativa: IGAMAOT
Arguido: Município de Portel
- e) Processo nº 230/16.3BEBJA
Autoridade Administrativa: Idália Lourinho
Arguido: Município de Portel